

Cartas a Foucault: em que estamos em vias de nos tornar em meio ao trabalho no contemporâneo?

Letters to Foucault: what are we going to become in the midst of the contemporary work?

Fernanda Spanier Amador; Maria Elizabeth Barros de Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO:

Habitar um presente que se faz a cada instante, tangenciar o infinito das origens contemporâneas ao devir, estar à altura de transformar o seu tempo – aqui está a inspiração de Foucault que nos instiga pensar a respeito de trabalho, subjetividade, ética e contemporaneidade. Afinal, como traçar uma política de enfrentamento em um mundo capitalista onde o trabalho se insere em uma lógica de produção de mundos, em que o trabalho, mais do que bens e serviços, produz subjetividades que alimentam o próprio capitalismo? O que nos tornamos nesse processo? Como vem se dando a captura das potencialidades de criação capazes de inventar outros mundos possíveis? Como resistir no presente, pelo trabalho, a tais investidas contra o poder de agir individual e coletivo? Como fazer da própria atividade de trabalho um meio para transformar as instituições que o atravessam? Como criar vias para uma crítica relativa aos modos como o trabalho pode se tornar lastro para fixações identitárias, ligando subjetividade e verdade e, ao mesmo tempo, como pode ele se tornar caminho para as indagações: *o que estamos fazendo de nós mesmos?*; *que trabalho estamos operando sobre nós mesmos?* Nesta direção, afirmamos uma linha de pesquisa-intervenção que toma como eixo ético-político a afirmação de uma relação inventiva com o trabalho.

Palavras-chave: trabalho; subjetividade; ética; contemporaneidade.

ABSTRACT:

Living in the present time which is made at every moment, touching the infinite of origins, contemporaneous with becoming, being worthy of transforming his time. Here it is the inspiration of Foucault that instigates us to think about work, subjectivity, ethics and contemporaneity. After all, how to draw a politics of confrontation in a capitalist world where work is part of a production logic in which, more than goods and services, produces subjectivities that feed capitalism itself? What have we become in this process? How has come to be the capture of creation potentialities capable of inventing other possible worlds? At the present time, how to resist, through work, such attempts upon the individual and collective power to act? How to make from the own work activity, a way to transform the institutions that traverse and transverse through workers bodies? How to create vias for a critique on the ways in which work can become a ballast to identity fixations, linking subjectivity and truth, and, at the same time, how can it become a way to the questions: *what are we making of ourselves?*; *what work are we operating on ourselves?*

Key-words: work; subjectivity; ethics; contemporaneity.

Prezado Michel

Mais uma vez estamos aqui, conversando com você, careca, como carinhosamente Lili¹ te nomeia. Uma conversa que está sempre começando. Conversar com você é estar sempre ‘em meio a’. Nessa conversa nunca sabemos aonde podemos chegar. Uma conversa não se faz; ‘entra-se’ (Larrosa, 2002) e, ao entrar, vamos para lugares não antevistos. Na conversa com você não importa se vamos chegar a um acordo, isso não é relevante. O que interessa é sustentar um processo permanente de indagações ao que teima em se mostrar inquestionável, universal, geral, de forma que o alvo não é, jamais, a última palavra. Uma conversa que não termina, pode ser interrompida e mudar para outra coisa.

Você e suas aulas no Collège de France, em meio a uma multidão de ouvintes. A cena é formal, verticalizada; como gostaria que fosse diferente! Mas a montagem da cena, que se faz verticalizada, se desmancha e se lateraliza, como se estivesse lado a lado com os curiosos, alunos, parceiros que estão na sala onde as aulas acontecem. A cena não favorece uma conversa, mas seu modo de colocar as questões, o modo como flui seu pensamento, nos leva, nos enreda nas questões que vai formulando, vai-nos levando no ‘curso do curso’, tal como um rio...

Você nos guia numa viagem na qual passamos por variadas paisagens que não estão lá desde sempre, paisagens que construímos juntos: o poder e suas artimanhas. Não pretende construir nenhuma teoria totalitária, que, como nos indica, teria efeito inibidor. Destaca a eficácia das críticas descontínuas e particulares, locais. O que considera como marca de suas pesquisas é, exatamente, o caráter local da crítica. E esse caráter essencialmente local da crítica indica certa “produção teórica autônoma”, não centralizada, e que não necessita de chancela de um regime global.

Nessa viagem, acompanhamos seu percurso na análise das formas de racionalidade que caracterizam as relações entre procedimentos de poder-saber e a constituição do sujeito na modernidade. O que estamos nos tornando? Que modos de trabalhar-viver temos criado? Atitude atenta ao presente... Eis o desafio para o qual você nos convoca.

O título com o qual abrimos as linhas desta escrita anuncia: pensar no que estamos em vias de nos tornar em meio ao trabalho no contemporâneo. Contemporâneo que, como revés histórico, implica certo modo de habitar o mundo: ser con(tempo)râneo é estar no tempo. Recuperar fragmentos de história para reinventá-la, algo que deveria

ter você em mente quando escrevia que suas investigações sobre o passado seriam como que resgate de sobras para interrogar o presente (AGAMBEN, 2009).

Você, Michel, sempre muito hábil em tornar-se contemporâneo, sabia pertencer ao seu tempo, experimentá-lo, sabia (i)naturalizá-lo quando buscava, incessantemente, por um exercício ético no pensamento, uma relação singular com o próprio tempo. Pela análise de seus três tradicionais problemas, como você mesmo diz² – que relações mantemos com a verdade através do saber científico, quais são as nossas relações com esses “jogos de verdade” nos quais somos simultaneamente sujeitos e objetos?; que relações mantemos com os outros, através dessas estranhas estratégias e relações de poder?; e quais são as relações entre verdade, poder e si mesmo? –, coloca-nos em uma espécie de adjacência viabilizadora de resistência à captura da história.

Ao lançar-nos nesse debate, ampliamos os questionamentos sobre as circunstâncias históricas do conhecimento e, em especial, de um conhecimento do homem como sujeito biológico-racional. Você nos indica a importância de proceder a uma análise desse conjunto de mecanismos que agem sobre o que constitui as características biológicas na espécie humana, uma biopolítica, portanto, que tem como grande alvo a população como multiplicidade de indivíduos na sua existência biológica. A biopolítica é irrupção de uma ‘naturalidade’ da espécie dentro da artificialidade política de uma relação de poder, é uma política aplicada sobre a vida pela instauração da norma em nome de uma racionalidade político-econômica, o liberalismo.

Seguindo essas pistas, nos jogamos nas análises sobre trabalho e contemporaneidade a partir de alguns princípios que você nos indica: a) analisar os mecanismos de poder como ações que incidem sobre ações – não nos interessa uma análise da natureza do poder; b) tomar as relações de poder como causa e efeito de relações de forças – o poder não se funda em si mesmo; c) recusar direções filosóficas que perspectivem uma política geral de verdade. O que nos interessa? Uma crítica dos indicadores táticos de análise das relações de poder e a constituição de sujeitos.

Apresenta-nos, então, um único imperativo categórico e fundamental: “nunca fazer política”. Mas de que política nos fala? De práticas que se perdem em polêmicas teóricas expressas no falso problema da relação entre luta e verdade. Acompanhando-o, perseguimos uma política da verdade no âmbito dos processos de trabalho que busca entender os efeitos de saber produzidos pelas lutas, choques e táticas de poder nesse campo. Efeitos de poder que produzem certas formas de subjetividade contemporânea,

formas de ser trabalhador, efeitos suscetíveis de transformação, acompanhando os processos de sua constituição. Logo, imperativos como “lute!” são indicadores táticos, uma vez que toda análise ou discurso teórico está embasado em algo como discurso imperativo. Palavras de ordem, como nos indicam Deleuze e Guattari (1995), que não nos remetem apenas a comandos, mas aos atos que, nos enunciados, estão ligados a uma ‘obrigação social’. Não existiriam, portanto, enunciados que não apresentem esse vínculo.

Então, como construir uma caixa de ferramentas que nos ajude a uma atenção ao presente dos mundos do trabalho, livrando-nos de imperativos tais como ‘ludem contra a opressão do capital sobre o trabalho’? Como não ficar presas a análises macropolíticas que reduzem os processos vividos em situação de trabalho a partir de metanarrativas ou teorias gerais sobre o trabalho, focando sua dimensão abstrata?

A pista que nos oferece é a de não perseguirmos análises dos processos de trabalho reduzidas à sua descrição, privilegiando o trabalho abstrato em sua forma desvitalizada e genérica. Em lugar disto, instiga-nos a interessar-nos pelas situações concretas vividas nos locais de trabalho, pelas suas especificidades e variabilidades, considerando o saber da experiência que tais situações comportam. Essa tendência que afirmamos, a partir de nossa conversa com você, privilegia análises com atenção ao presente, à atividade em curso, ao trabalho em situação. Trabalho concreto, tomando os trabalhadores como protagonistas das cenas laborais e não como meros executores das tarefas que lhes são designadas ou como vítimas passivas de um processo de “constrangimento, subordinação e exploração”³.

Essa pista, Michel, é muito importante! Analisar as características dos dispositivos produzidos nos mundos do trabalho que engendram certos modos de trabalhar e ser trabalhador que vão se constituindo como conjunto de mecanismos e procedimentos de poder, como análise dos seus mecanismos, do modo como as diferentes estratégias de poder vão se constituindo entre nós. O modo como o poder nos toma em situação de trabalho.

A novidade de sua análise está, a nosso ver, em seu raciocínio sobre a problemática da modernidade que tem como foco o problema técnico-político da espécie humana num meio artificial que é a cidade. Os trabalhadores, como a população de modo geral, passam a ser base de dados, cujos cálculos estatísticos se orientam a partir de flutuações que possibilitam posicionar a todos, da média aos extremos. Trata-

se de uma racionalidade dos cálculos e análise dos riscos que poderiam ameaçar certo modo de funcionamento do governo.

Você nos instiga a uma atenção ao presente que viabilize uma análise das técnicas que se aperfeiçoam ou se complexificam e, principalmente, o sistema de correlações entre os mecanismos jurídico-legal, disciplinar e de segurança em meio às situações de trabalho. É necessário compreender que as tecnologias de segurança nesse campo, a segurança no trabalho e seus especialistas (com um especialismo preocupante) estão assentados numa dada racionalidade que permite reativar e transformar as técnicas jurídico-legais e as disciplinares para julgar os elementos nocivos que se infiltram nos processos de trabalho.

A questão da multiplicidade é o foco das estratégias de poder, sejam as estratégias disciplinares, as legais ou as de segurança. A soberania é exercida de forma a limitar o território e se faz por meio de uma especificidade jurídico-administrativa, capitaliza um território que tem a sede do governo. A disciplina faz uma repartição espacial, arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos. Temos, então, um modo de individualização das multiplicidades onde a lei enquadra, por série de vigilâncias, controles (descobrir antes), olhares e, também, encarceramento, impondo ao culpado técnicas penitenciárias de moralização. Pela disciplina se enquadram os indivíduos por mecanismos de vigilância e correção.

Nos mecanismos de segurança, há uma heterogeneidade econômica e social mais acentuada em relação ao campo. Cria-se um ambiente em função de acontecimentos ou séries que serão regularizadas num contexto multivalente e transformável. O que se opera é, exatamente, o desencravamento espacial, jurídico, administrativo, econômico. O soberano não é mais o que exerce seu poder sobre o território a partir de uma localização geográfica, mas algo que se relaciona com uma natureza, com a interferência de um meio geográfico. Com a implantação dos mecanismos de segurança aparece um projeto, uma técnica política que se dirige ao meio.

Trata-se, portanto, nas sociedades ocidentais modernas, “da emergência de tecnologias de segurança no interior, seja de mecanismo que são propriamente mecanismos de controle social, como no caso da penalidade, seja dos mecanismos que têm por função modificar em algo o destino biológico das espécies”, como você mesmo diz na aula de 10 de Janeiro de 1979 no curso que ministrou no Collège de France.

Assim, uma certa economia geral do poder em nossa sociedade está se tornando da ordem da segurança. Mas podemos falar de uma sociedade da segurança? Haveria uma economia geral do poder que pode ser denominada tecnologia de segurança? Como essa questão se coloca nos mundos do trabalho? O que tem se constituído em meio aos processos de trabalho no contemporâneo?

Habitar um presente que se faz a cada instante, tangenciar o infinito das origens contemporâneas ao devir, estar à altura de transformar o seu tempo. Aqui está a inspiração que colhemos de seu pensamento e que nos instiga pensar a respeito de trabalho, subjetividade, ética e contemporaneidade. Afinal, como traçarmos uma política de enfrentamento em um mundo capitalista onde o trabalho se insere em uma lógica de produção de mundos, em que o trabalho, mais do que bens e serviços, produz subjetividades que alimentam o próprio capitalismo? O que nos tornamos nesse processo? Como vem se dando a captura das potencialidades de criação capazes de inventar outros mundos possíveis? Como resistir no presente, pelo trabalho, a tais investidas contra o poder de agir individual e coletivo? Como fazer da própria atividade de trabalho um meio para transformar as instituições que o atravessam? Com indagar práticas de segurança no trabalho como um projeto, uma técnica política que se dirige aos processos de trabalho? Como criar vias para uma crítica relativa aos modos como o trabalho pode se tornar lastro para fixações identitárias, ligando subjetividade e verdade e, ao mesmo tempo, como pode se tornar caminho para pensarmos o que estamos fazendo de nós mesmos? Que trabalho estamos operando sobre nós mesmos?

Você, careca, continua a nos oferece pistas: ocuparmo-nos do trabalho operador de “si”, atermo-nos aos sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, datadas e localizadas historicamente no contexto de mutações do capitalismo. Assim, buscamos elementos, na conversa com você, para fazer da experiência de trabalho via de problematização das banalidades, via de invenção de modos de existir e de produzir num campo sempre minado no qual nos cabe, “apenas”, jogar por um mínimo de dominação possível.

Você nos propicia ferramentas para interrogarmos acerca de como nos relacionamos com as verdades que nos (con)vertem, por práticas de si ou que nos permitem simplesmente verter, igualmente por práticas de si, em um exercício ético do pensamento. Pelos modos operatórios no trabalho, matérias-primas são processadas, inclusive, e sobretudo, a subjetiva. Em uma espécie de primado, subjetividades vão sendo forjadas para sustentar muito mais que funcionalidades e operatividades. São elas

utilizadas para sustentar projetos sócio-políticos arrimando interesses que dizem de um certo modo de existência coletiva, no qual rivalizam desejos de governo de si e dos outros, bem como anseios de liberdade.

A obra que você nos oferece é uma contribuição importante para o terreno de análises do trabalho. Permite-nos pensar por um distanciamento das já tão desenvolvidas e exploradas inspirações marxistas no tema. Subvertendo a lógica das relações entendidas pela dinâmica estrutura-superestrutura e cujo cerne estaria no trabalho, permite-nos indagar acerca das conexões entre trabalho e sujeição pelas sinuosas linhas do exercício do poder, da dominação e, até mesmo, da violência. Ir além da lógica da contradição é a flecha que rasga a cena, deixando ver a complexa trama de uma microfísica do poder.

Neste lastro ousamos propor outras Clínicas do Trabalho, por essas aqui entendendo uma série de abordagens que se ocupam das relações trabalho-subjetividade-saúde. Interessam-nos, especialmente, as abordagens que podem enriquecer a concepção de trabalho que temos adotado em nossas práticas “psi” numa direção de pesquisa-intervenção tendo como eixo ético-político a afirmação das infinitas possibilidades de vida e o incentivo a uma relação inventiva com o trabalho por onde possam ser colocadas em questão as relações entre saber-poder-verdade na esfera do trabalho contemporâneo. Algumas destas abordagens permitem, a nosso ver, um acesso peculiar a este tipo de análise: trata-se daquelas que tomam o trabalho como “atividade”. Neste caso, não se trata de abordar o trabalho apenas em sua generalidade – relativamente estável –, mas, principalmente, de abordá-lo em seus processos singulares, pelos quais os trabalhadores renormalizam, incessantemente, o trabalho. O enigma nestas abordagens, das quais citamos a Ergologia e a Clínica da Atividade (SCHWARTZ, 2000 e CLOT, 2008), consiste em acompanhar o traçado das problematizações que os trabalhadores tecem aos seus modos de trabalhar, por entre os imprevistos e as restrições com os quais se deparam no trabalho em situação.

É da concretude do trabalho cotidiano que partimos. Uma atenção para as situações cotidianas imprevisíveis, que alteram, desviam o curso da atividade. Acontecimentos, portanto, como desafios para ajustes, invenções e aprendizagem. Tematizar o trabalho como “atividade industriosa”, ou seja, atividade que envolve sempre algo como um “debate de normas” (Schwartz, 2003), como criação. Essa noção implica, com base na herança de Canguilhem (1990), a tendência de cada um a

renormatizar seu ‘meio de vida – trabalho’. A atividade industriosa definida como um debate de normas significa considerar que é por meio dessas normas que podemos encontrar, dentre outras, a dimensão da gestão, incluindo (e aqui ressaltando) a gestão do próprio fazer. Na direção espinozista, diríamos que criticamos as práticas que buscam a causa da impotência humana como um vício da natureza dos humanos.

A dominação no trabalho não mais analisada em termos de ideologia a ser conscientizada. Trata-se, antes disso, de recusar as consciências, essas ardilosas e insidiosas armadilhas, uma vez que a noção de “tomada de consciência” sustenta-se no argumento de que quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, as coisas, tendo assumido estatuto de verdade, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. Sendo assim, a consciência não trata de outra coisa senão de mais uma produção de verdade que se impõe ao sujeito – sujeitando-o, portanto.

É em uma abertura às multiplicidades, pela análise dos discursos, das disciplinas e da subjetivação, que você nos permite uma outra orientação epistemológica no que tange às discussões sobre trabalho no contemporâneo: não mais o paradigma sujeito/trabalho, e sim subjetivação/práticas sociais, na qual o trabalho converte-se em apenas mais um vetor de produção subjetiva.

Possibilidades ao surpreendente, isso é o que instiga a você, careca, e a nós quando nos propomos a problematizar o trabalho no contemporâneo. Como acontecimentalizá-lo é, talvez, sua mais potente contribuição. Acontecimentalizar o trabalho é perseguir sua desnaturalização, é insistir em suas descontinuidades para propiciar a ruptura do evidente, a emergência das singularidades, é apostar em uma política da singularidade. É conferir, por seus meandros, uma analítica das práticas que se imiscuem por entre estratégias de saber-poder, de enunciados e visibilidades que ultrapassam os esforços analíticos de suas relações de subalternização às distorções da ideologia, pela qual nos constituiríamos como alienados. É tramar a urdidura sempre emergente em uma certa correlação de forças sociais produtora de discursividades que, enquanto práticas, amarram os trabalhadores em uma microfísica de poderes por eles mesmos desejada e alimentada.

Interessa pensar em termos de regime de práticas – onde dizeres e fazeres, visibilidades e obscurecências se encadeiam, codificando a vida e valendo-se dos próprios trabalhadores como protagonistas de sua auto-produção, de seu auto-

governo e de sua auto-normatização. Trata-se de jogos de dizibilidades e visibilidades os quais, enquanto formas de luminosidade e não exatamente formas visuais, podem produzir coisas não vistas, e vice-versa, como você mesmo analisa na obra *Vigiar e Punir*⁴, aliado às estratégias do biopoder que capturam as forças coletivas em jogos de dominação. Exercício do biopoder, conceito esse que transborda os esforços analíticos pela via da categoria sócio-histórica da alienação, afirmando-se na direção de um paradigma construcionista, já que não há nada em que não nos tornemos pelo trabalho que não seja produzido por um intenso processo de conscientização: conscientização de si *por* modos de trabalhar e *para* produzi-los.

Contudo, deixando entrever uma certa duplicidade entre os termos biopoder e biopolítica, já em suas reflexões e em seus escritos acerca dos poderes e das disciplinas⁵, oferece-nos mais uma alternativa ao pensamento: a biopolítica por você tematizada tanto pode ser entendida como um conjunto de biopoderes locais, isto é, como uma nova tipologia de relações de poder que se aplicam à vida, quanto como expressão da potência de vida face aos poderes, isto é, como uma política da resistência e da diferença.

Assim, você nos brinda com a proposta de operarmos uma genealogia – essa não exatamente um método, mas uma tática, um tipo de intervenção que traça um pensamento em ação –, nos forçando a operar por problematização das evidências, procurando (des)montar como cada período histórico é atravessado por uma configuração específica de saberes e de práticas que traduzem um determinado modo de subjetivação. Não se trata de se voltar para uma cronologia do passado e sim para um diagnóstico do presente: entender como historicamente tornamo-nos o que somos hoje no mundo do trabalho, estilhaçando as dicotomias tais como as binarizações indivíduo/sociedade, saberes locais/saber científico.

Seguindo sua inspiração genealógica, perguntamo-nos: que real é esse que vem se forjando no âmbito do trabalho humano? Ante quais desafios nos encontramos quando a tônica do capitalismo contemporâneo é embaralhar as figuras do produtor e do consumidor? Quais ferramentas usar quando disciplina e controle se exercem a céu aberto e não mais circunscritas aos espaços da fábrica, do escritório, dos órgãos públicos? A propósito: onde estão a fábrica, o escritório, o serviço em tempos nos quais, por exemplo, nos tornamos funcionários dos bancos realizando nossos próprios procedimentos bancários sozinhos, em casa com nossos computadores ou em caixas

eletrônicos, sentindo-nos “livres” para, assim, aproveitarmos melhor nosso tempo? Que tempo é esse que nos sobra? Qual sua próxima captura?

Analisar o trabalho, portanto, é focar não somente as práticas instituídas, mas afirmar a potência instituinte de toda atividade laboral, o que nos remete a um posicionamento ético, a uma implicação nas relações de poder em que nos movemos para que não sejamos seduzidos pelas tentações da dessimetria, nas quais a análise do trabalho passa a ser dominação e controle (MAIA, 2006). Nos processos de trabalho há complexo jogo de forças que se atualiza na atividade e não cessa na ação. É no processo de atualização que se produz a atividade de trabalho, a partir de elementos virtuais que compõem uma névoa de afetos imperceptíveis, mas concretos. Estar atentos ao presente, portanto, como você nos sugere, é estar atentos a esse plano de imanência, a um só tempo virtual e sua atualização, sem que possamos estabelecer limites claros entre os dois.

Atentas às relações de forças que nos constituem como sujeitos do conhecimento, interessadas nas relações de poder-saber que constituem os mundos do trabalho hoje, empenhamo-nos em não alijar os trabalhadores do saber sobre seu trabalho, de forma a silenciá-los por meio dos saberes disciplinares-acadêmicos ficando ensurdecidas pelos especialismos. No entanto, é importante dizer que questionar os especialismos não significa recusar os regimes de saber disciplinares, mas indagar critérios de verdade que se perpetuam e que tentam invalidar a experiência daquele que vive e, ao viver, se “suja” ao fazer seu trabalho.

Essa direção ética recusa os especialismos que buscam docilizar o outro, afirma o outro como legítimo outro que não é passivo porque vivo, e cuja resistência se faz sentir nos encontros, tensionando-os, tornando os ambientes de trabalho um plano em construção constante, no qual o estado de sujeição de qualquer um dos pólos desse processo não se completa inteiramente. Este outro resiste – na dupla acepção da palavra, ou seja, como recusa e como invenção – e se impõe, com seu saber-poder, mesmo quando se tenta estabelecer uma relação dessimétrica. O sonho taylorista não se efetivou, nem se efetivará, já que o próprio do vivo é a liberdade, como uma forma permanente de interrogar o que estamos fazendo de nós mesmos, afirmando o que estamos em via de diferir.

Considerando, então, que nos constituímos ou nos formamos nesse desenrolar de relações históricas, por que, ao tratar do trabalho, deveríamos ignorar a história? Essa história a que nos referimos é transformação, mas não em um sentido evolucionista ou

progressista – em que a inevitabilidade dos fatos fragiliza as possibilidades de ação humana –, não em um sentido generalista, constituída por leis universais. A história de que tratamos é coletiva, história de vidas, de erros, de tropeços, de amores, de visões e de adivinhações e expressa a processualidade das relações. Uma atenção aos processos dos quais emergem trabalhador e organizações.

Então, que questões colocar a um contexto em que o trabalho industrial não mais é o centro da valorização capitalista e em que ele não mais apresenta a mesma eficácia no processo de regulação do conjunto da sociedade, nem mesmo é mais a única força capaz de produzir resistência às sociedades de controle, como sugere Lazzaratto (2006)? Quais são os novos dispositivos que nos regulam? Como pensar os desafios no âmbito do trabalho contemporâneo, onde vivemos a desregulamentação das relações de trabalho e a descontinuidade na cadeia produtiva, marcando um tempo de acumulação flexível do capital, de precarização do trabalho e de fragilização dos coletivos de trabalhadores, deflagrados a partir da crise do fordismo nos anos 70? Como pensar modalidades de luta em uma composição social na qual as configurações de classe estão completamente esvanecidas?

Para que o trabalho se realize, é necessário que os trabalhadores o reinventem. Para além de conhecer os procedimentos e regulamentos, eles usam habilidades e engenhosidade que colocam em funcionamento os processos de trabalho. Essa espécie de subversão, essa gestão das disfunções, essa mobilização da inventividade se funda numa produção incessante de conhecimentos no trabalho, seja para permitir a aplicação das regras diante das variações incessantes, seja para compensar sua ausência ou inadequação.

As questões a lançar, conforme sua inspiração, Michel, dizem respeito a regimes de verdade, à ética e à subjetivação. Trata-se de almejarmos uma ética como prática reflexiva da liberdade, como prática que permite resistir aos modos de sujeição no trabalho, abrindo caminho aos trabalhadores para que assumam os destinos de sua própria vida e, assim, façam política. Uma política sem contornos prévios e totalizantes, uma política feita da abertura de problemas concretos⁶. Eis a problematização que é conceito-chave para uma concepção de política: “...conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto do pensamento” (FOUCAULT, 2006b: 242).

A exemplo do que fez com o louco, pensar a experiência de si mesmo como trabalhador parece ser uma trilha aberta por você. Pensar como nos tornamos trabalhadores nas tramas dos jogos de verdade que se fazem presentes, quer nos modelos científicos criados para geri-los, quer nos espaços de trabalho. Este é o convite afirmado a partir de sua própria atividade como intelectual: “Este é o tema do meu trabalho *As palavras e as coisas*, no qual procurei verificar de que modo, nos discursos científicos, o sujeito humano vai se definir como indivíduo falante, vivo, trabalhador” – você diz em seu escrito intitulado *A ética do Cuidado de Si como Prática de Liberdade*⁷. Caminhar na direção do exercício de práticas refletidas de liberdade na esfera do trabalho no contemporâneo, de procedimentos de análise de como estamos operando-exercendo sobre nós mesmos no sentido de atingir um certo modo de ser trabalhador, desponta como tática para a criação de si em uma perspectiva estética da existência, em uma dimensão expressiva da produção das coisas, de si mesmo e de modos de viver com os outros. Andar no encaço da desindividualização gerada por verdades produzidas para fortalecer os coletivos pela problematização que gera criação no seio das relações de poder, mantendo vivas as forças que resultam em singularidades e impulsionam microrevoluções. Realçar uma dimensão do trabalho que afeta e contagia aquele que trabalha e não se reduz às tarefas prescritas é falar de um modo de trabalhar que se deixa levar por um devir, isto é, um processo sem programa prévio, explorando e deixando-se contagiar pelo movimento de criação inerente aos processos de trabalho.

Tal empreendimento potencializa a busca por conectar ações clínicas do trabalho que visam considerar, no “jogo”, um campo enunciativo das forças, dos jogos de saber-poder, das formas de sujeição e de modos de resistência ativa capazes de pôr em análise as instituições que se materializam em modos de trabalhar. Falamos de clínica como processo de outramento, de expansão de atos criadores de vida que, no curso da atividade de trabalho, sempre aguarda como possibilidade. Se trabalhar é criar meios para exercer-vivê-lo, como nos sugerem pensar dois autores do âmbito das Clínicas do Trabalho – Yves Schwartz e Yves Clot⁸ –, como enlaçar modos operatórios e jogos de verdade em um mesmo plano problemático nas intervenções clínicas do trabalho?

Agamben (2009) diz que para sermos contemporâneos precisamos manter o olhar fixo ao nosso tempo para perceber-lhe o escuro. Para ele, o contemporâneo é algo da ordem de uma experimentação, saber ver na obscuridade, mergulhar nas trevas do presente, neutralizar as luzes que provêm de uma época. Assim, voltando à pergunta que

abre nosso texto: pensar no que estamos em vias de nos tornar em meio ao trabalho no contemporâneo, como autoras destas linhas, como professoras e pesquisadoras, como trabalhadoras podemos afirmar, com toda tranqüilidade, que não sabemos exatamente... Afinal, como mesmo sustenta você, Michel, nosso principal amigo-intercessor na conversa que travamos até aqui: “Um trabalho, quando não é ao mesmo tempo uma tentativa de modificar o que se pensa e mesmo o que se é, não é muito interessante.(...) Ora, trabalhar é tentar pensar uma coisa diferente do que se pensava antes”⁹.

Inquieta-nos o modo como o trabalho se efetiva como uma forma de enfrentamento, de resistência, de devir. Como, ao trabalhar, o trabalhador inventa outros modos de existência? Tais questões emergem de nossas análises do trabalho em situação. Um *êthos* que nos coloca numa posição atencional ao presente, ao que estamos fazendo de nós mesmos.

Referências

- AGAMBEM, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- BARROS, MEB et al. Cartografando gêneros e estilos: nas bordas da atividade. Em: Barros, MEB; Rosemberg, D.; Ronchi, J.(org). *Trabalho docente e poder de agir: Clínica da atividade, devires e análises*. Vitória: Edufes, 2011.
- BRITO, J. Saúde do Trabalhador: reflexões a partir da abordagem ergológica. Em: Figueiredo et al. (org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- CLOT, Yves. *A Função Psicológica do Trabalho*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.
- _____. *Travail et Pouvoir d'agir*. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.
- DELEUZE, G. *Proust e os signos*. Trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- _____. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DELEUZE & PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Resumo dos Cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. *Verdade, Poder e Si Mesmo. Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

- _____. Política e ética: uma entrevista. *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.
- _____. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. . *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c.
- _____. A Prisão em Toda Parte. *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d.
- _____. Prisões e Revolta nas Prisões. *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006e.
- _____. Sobre o Internamento Penitenciário. *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006f.
- _____. O Cuidado com a Verdade. *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006g.
- _____. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins fontes, 2008.
- LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação – ANPED*, n.19, Jan. 2002.
- LAZZARATTO, Maurizio. *A política no Império – as revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SCHWARTZ, Yves. A Comunidade Científica Ampliada e o Regime de Produção de Saberes. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n.7, jul/dez – 2000.

Fernanda Spanier Amador.
Psicóloga, Doutora em Inf. da Educação com Pós-doutorado em Educação (UFRGS).
Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: fernanda.amador@ufrgs.br

Maria Elizabeth Barros de Barros.
Psicóloga, Doutora em Educação Brasileira com Pós- doutorado em Saúde Pública (ENSP).
Professora Titular do Departamento de Psicologia e dos programas de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional e em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
E-mail: betebarros@uol.com.br

¹ Lili é o modo como nomeamos, também carinhosamente, a professora Heliana de Barros Conde Rodrigues, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

² FOUCAULT, Michel. Verdade, Poder e Si Mesmo. *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

³BRITO, J. Saúde do Trabalhador: reflexões a partir da abordagem ergológica. Em: Figueiredo et al. (org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1996.

⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1996; FOUCAULT, Michel. *A Prisão em Toda Parte*. *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d.; FOUCAULT, Michel. *Prisões e Revolta nas Prisões*. *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006e; FOUCAULT, Michel. *Sobre o Internamento Penitenciário*. *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006f; FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

⁶ FOUCAULT, Michel. *Política e ética: uma entrevista*. *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

⁷ FOUCAULT, Michel. *A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade*. *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c, p. 264.

⁸ SCHWARTZ, Yves. *A Comunidade Científica Ampliada e o Regime de Produção de Saberes*. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n.7, jul/dez – 2000 e CLOT, Yves. *A Função Psicológica do Trabalho*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

⁹ FOUCAULT, Michel. *O Cuidado com a Verdade*. *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006g, p.240.